

Inclusão: mudanças ao decorrer do tempo

Cyntia Maria dos Santos, Brasil¹

Edma Barcellos Lima, Brasil²

Patrícia Sandra Vale Borja Ferreira, Brasil³

Simone Cândida Paiva, Brasil⁴

RESUMO

Este trabalho vem evidenciar a “Inclusão de ontem e de hoje diante a realidade”, ressaltando inicialmente sobre se houve mudanças nos últimos anos por parte da sociedade, da escola e por fim o mercado de trabalho no termo de aceitação das diversidades, mesmo depois da constante transformação da sociedade e também os demais meios que vieram modificar completamente o ambiente da criança em todos o seu entorno, procurando levantar algumas discussões teóricas sobre o papel de cada um frente a inclusão. O importante é discutir se a inclusão é de fato uma realidade para os portadores de necessidades especiais e se as leis realmente são eficazes e cumpridas mediante as dificuldades vivenciadas. A inclusão é primordial no ambiente escolar, uma vez que a escola é formadora de princípios sociais e capaz de transformar pessoas e as pessoas podem transformar seu entorno, assim a inclusão deve seguir a naturalidade de aceitação das diferenças e respeitar a pessoa como ela é.

Palavras-chave: Inclusão; Educação; Infância; mudanças.

1. INTRODUÇÃO

As crianças tem uma predisposição natural em explorar o seu envolvimento e meio as curiosidades vão desenvolvendo as suas habilidades físicas e cognitivas. É na primeira infância que se deve oportunizar diversos estímulos, e posteriormente acrescentando informações avançadas, toda criança aprende e o tempo de aprender deve ser individual. Este artigo permite entender conceitos estruturais inerentes a formação das crianças e os meios pelos os quais se

¹ Cyntia Maria dos Santos. . Mestranda em Ciências de la Educación pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, graduada em Matemática pela UEG-GO, em Direito pela UNIRV-GO, Pós- graduada em Direito Processual Civil Uniderp-MS.

² Edma Barcellos Lima. Mestranda em Ciências da Educação na Fics Paraguai, graduada em pedagogia e especialista em psicopedagogia na Universidade Estadual de Quirinópolis.

³ Patrícia Sandra Vale Borja Ferreira. Mestranda em Ciências de la Educación pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, graduada em Ciências Biológicas pela UEG, Pós-graduada em Ciências Físicas e Biológicas pela UFG.

⁴ Simone Cândida Paiva. Mestranda em Ciências da Educação na Fics Paraguai, graduada em História e Pedagogia. Especialista em Psicopedagogia pela UNIFAN – Universidade Alfredo Nasser. Santos, C.M., Lima, E.B., Ferreira, P.S.V.B., Paiva, S.C.; Inclusão: mudanças ao decorrer do tempo. Revista Portuguesa Interdisciplinar V.2, Nº1, p.13-24, Jan/Jul. 2020. Artigo recebido em 15/06/2021. Última versão recebida em 18/07/2021. Aprovado em 01/08/2021.

Inclusão: mudanças ao decorrer do tempo

desenvolvem, falando um pouco de infância de ontem e a de hoje através daquelas que precisam de uma atenção em suas diversas circunstâncias dentro de mudanças diante à palavra “inclusão”, o que é lamentável a segregação de pessoas, deveria todos serem respeitados nas suas diferenças.

Articulando o pensamento na perspectiva de um crescimento intelectual, cultural e geral que seja benéfico a todos, chegamos discursões que ressalta a importância das individualidades, já que as diferenças se somam para a construção de um pensar novo. Uma sociedade que inclui evolui, pois sempre está ligando os saberes e originando novos conhecimentos e seus membros são capazes de contribuir uns com os outros na busca do bem comum.

O princípio da equidade é fundamental para o equilíbrio das relações sociais para que diminua as ações preconceituosa e excludente. A relação entre a inclusão das crianças em uma educação de qualidade e que equiparasse uns aos outros sempre foi alvo de discussões, pois é um fato determinante que é consolidado como indivíduos que precisam ser notados para incluí-los como cidadãos que possam crescer com dignidade.

Em relação a nuance humanitária foram identificados conceitos como justiça social, coesão, solidariedade, pertencimento, que, ao serem considerados como politicamente corretos, legitimam os discursos em questão. Tais expressões, marcadamente liberais, são utilizadas no sentido de divulgar uma sociedade inclusiva, equitativa, com propósitos comuns. (ROSALVA, 2017, 22).

Diversos conflitos evidenciam que os adultos tem à obrigação de lidar de forma responsável com o acompanhamento, fazendo permitir fazer parte de uma sociedade para que se desenvolvam com capacidades psicossocial das crianças. Onde os pais tem que possuir uma responsabilidade íntegra sem deixar levar pelas substituições alheias e sim participar motivando-os para a aquisição de experiências adequadas para seu desenvolvimento social e individual.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1 INCLUSÃO MUDANÇAS DE ONTEM

A sociedade está em constantes transformações onde os conceitos anteriores servem de escada para aprimorar ou gerar novos conceitos o que não seria diferente com a inclusão, melhor com a aceitação das diferenças. Buscando na história no período da Idade Média não há

Inclusão: mudanças ao decorrer do tempo

relatos educacionais pois nesta época não havia um método de aprendizagem, os espaços que ocupavam era o mesmo dos adultos e desta forma a criança era tratada com hostilidade e lhe faltava laços de afetividade.

Segundo Gomes (2015), apud Frabboni (1998, p.03) “A criança na Idade Média (séculos XIV, XV), era considerada um adulto em miniatura, denominou este período de “a ‘Criança-Adulto’ ou Infância Negada”, período em que a criança era ignorada e vivia à margem da sociedade, ou seja, não tinham lugar nem vez e muitas foram às atrocidades cometidas contra a infância neste período”.

No século XVIII, os pequenos e as mulheres adquiriram maior liberdade, é ainda nessa época que surge a preocupação com uma escola para todos, as reformas pedagógicas apontam para a obrigatoriedade da alfabetização. Com essa nova preocupação com a leitura, começaram a surgir resumos de certos livros de adultos que passaram a ser adaptados à compreensão e ao gosto das crianças. A leitura se revela como fenômeno histórico, valendo-se de um modelo de sociedade para se expandir.

Nessa perspectiva a criança passou a ser vista como alguém que possuía necessidades e que deveria, portanto, ser preparada para a vida adulta. A escola se torna a partir desta visão, um espaço fundamental para que podia ter acesso à mesma (GOMES, 2015, p. 05).

Ainda aqui nem se falava em inclusão, fazendo um resgate da história nota-se que é um assunto bem recente na sociedade e se no marcos dela mesma o mundo foi tardia e imagina no Brasil era mais ainda. E o que demorou a inclusão ser percebida foi o preconceito. Entretanto é também tão antigo quanto a existência humana, pois achavam até mesmo animais eram vistos como defeituosos e eram exterminados do rebanho como medo de infectar os outros e com as crianças embora não eliminavam, mas as excluía do convívio com os demais por toda a vida.

Em Atenas, considerada por muitos como o berço da civilização, o trato para com as pessoas com deficiência não era diferente daquele tratamento dado em Esparta. No caso do nascimento de um bebê com alguma deficiência, era o próprio pai quem deveria matá-lo. O extermínio de crianças com deficiências era tão comum que, mesmo os maiores filósofos da época estavam de acordo com tal costume (ADAMI, 2006, P.104).

Mas com o sistema capitalista é que se compreende a inserção de uma história da educação especial, onde uma pequena parcela de pessoas deficientes pode ser atendida em serviços de educação, reabilitação e assistência social em instituições privadas de posição filantrópica. Assim mudando os conceitos as políticas educacionais eram voltadas para estes cidadãos estarem aptos para operar como força de trabalho e como consumidores. Segundo

Inclusão: mudanças ao decorrer do tempo

Rosalba (2017) compreendemos que as políticas de perspectiva inclusiva na educação estão em desenvolvimento no Brasil mediante a inserção escolar gradativa dos sujeitos na escolaridade obrigatória, produzida no confronto estabelecido entre as necessidades do mercado e as demandas da classe trabalhadora, hegemonizado pelos interesses burgueses.

A educação especial desdobra como privatizar a educação escolar, responsabilizar os professores e assim também surgia a precariedade das condições do trabalho do professor. Aqui não pode se separar que as políticas educacionais, seu projeto era voltado para a classe trabalhadora fazendo com que educar todos juntos é mais em conta do que fazer uma educação para diferentes tipos.

Desde que em meados dos anos de 1980 e 1990 surge nos Estados Unidos chamado de *Regular Education Initiative* (REI), com o objetivo de incluir crianças deficientes na escola comum. Esta luta pela reestruturação da educação especial defendendo a necessidade de melhorar a educação geral, e especial para que se alcance uma educação mais eficaz para todos.

A educação inclusiva assim começa ser se chamada e entre reuniões e discursões, cabe lembrar que o trabalho pelo Fundo das Nações Unidas pela Infância (UNICEF) foi importante e entre essas reuniões a Convenção Mundial de Educação para Todos, que aconteceu em Jomtiem (Tailândia) em 1990; a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, desenvolvida em Salamanca (Espanha), no ano de 1994, e mais recente em 2000 na cidade Akar (Senegal) chamada de Fórum Consultivo Internacional para a Educação para Todos, vale destacar também a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, de 1994, em Salamanca e esta é a que foi decisiva para impulsionar a Educação Inclusiva em todo o mundo.

Entre os anos de 1980 e 1990, inicia-se no contexto interacional a movimento composto por profissionais, pais e pessoas com deficiência que lutam contra a ideia de que a educação especial seja pra poucos como deficientes ou com necessidades especiais. Assim inicia um movimento nos Estados Unidos, chamado de *Regular Education Initiative* (REI), no qual o propósito era a inclusão na escola comum das crianças com alguma deficiência, fazendo com que a educação especial e regular unificasse e assim este (REI) veio para lutar pela reestruturação da educação especial, pois estava ineficaz.

Já no final da década de 1980 e início de 1990 a proposta do movimento da inclusão que na ocasião era integração escolar em todas as partes do mundo, propõem um novo delineamento do conceito de necessidades educacionais especiais e a necessidade de uma mudança de paradigma.

Inclusão: mudanças ao decorrer do tempo

Vale destacar o importante trabalho da UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), segue neste momento várias reuniões e debates voltados para essa questão para conseguir chamar a atenção para esse assunto, onde não conseguiremos neste mesmo citar todos, mas vale lembrar que especialistas organizaram um plano de ação que o princípio maior era acolher todas as crianças independente de suas questões físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas e muitas outras. Conforme prossegue, a Estrutura de Ação em Educação Especial, tomada pela conferência Mundial em Educação Especial, tem como princípio:

[...] o dever das escolas acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados. Tais condições geram uma variedade de diferentes desafios aos sistemas escolares. No contexto desta Estrutura, o termo "necessidades educacionais especiais" refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. Muitas crianças experimentam dificuldades de aprendizagem e, portanto, possuem necessidades educacionais especiais em algum ponto durante a sua escolarização. (BRASIL, 1994).

Contudo o Brasil até então foi se adequando aos mesmo com nome de “educação especial”, onde foi concretizada de forma paralela a educação regular, entretanto com mais outros debates em torno deste tema, a educação inclusiva veio agir nas instituições em diferentes níveis, em parceria com o atendimento especializado para oferecer um trabalho de qualidade e harmônico para diferentes sujeitos.

Em 1994 foi ano elegido como o Ano Internacional contra a Exclusão - decisão assumida na Conferência dos Direitos da Criança realizada em Salamanca. Conforme a Declaração de Salamanca (1994) estabelecem que a educação deve primar por dois objetivos:

1º-Transmitir um volume cada vez maior de conhecimentos teóricos e técnicos;

2º-Definir orientações que podem ser desenvolvidas em projetos de desenvolvimento individual e coletivo;

As escolas inclusivas vêm adotando uma postura relevantes em suas metodologias de trabalhos pedagógicos e sociais ao acolher os alunos com necessidades especiais e os demais

Inclusão: mudanças ao decorrer do tempo

da mesma forma observando o princípio da equidade educacional onde oferece um conjunto de ações para equiparar a aprendizagem e considerar as diversas formas de aprender. Cabe destacar o princípio do respeito às individualidades onde cada característica recebe apoio diferenciado.

2.2 INCLUSÃO NOS DIAS ATUAIS

Nos dias de hoje cada vez mais a criança tenha tido um espaço na sociedade em destaque que possibilita ver a necessidade de mudança é primordial para contemplar os princípios da inclusão e com um olhar mais amplo é que precisamos integrar o humano para mostrar a possibilidade de se inventar e construir conhecimento com uso de recursos, aquisição de novas metodologias junto à novos conceitos. De acordo com Gomes(2015) no período da Revolução Industrial, séculos XVI e XVII, ocorreu uma mudança de postura das famílias e a criança passou a ser foco do interesse dos adultos. Surge nesse cenário a chamada família moderna que passa a ter um interesse maior na educação de suas crianças.

O Ministério Público (MP) desempenha um papel importante, sendo acionado em situações de desrespeito e violação dos direitos das pessoas com deficiência no contexto da educação e assim também toma medidas disciplinar e regulamentar a cada problema. Como por exemplo: negação de matrícula, ao acesso de estrutura física, limitam a participação e o desenvolvimento das potencialidades do aluno com deficiência e o auxílio do professor de AEE (Atendimento Educacional Especializado).

Além do Ministério Público (MP), os Conselhos de direitos das pessoas com deficiência exercem uma função fundamental na garantia de participação de todos nas instituições regulares de ensino públicas e privadas. Constituídos por representantes do governo e da sociedade civil, os Conselhos (municipais e estaduais) são órgãos de representação das pessoas com deficiência cuja principal função é cuidar pela efetiva implementação das políticas públicas de inclusão, seguindo e avaliando sua execução. Esses órgãos devem, também, participar de forma ativa no processo de elaboração e de controle orçamentário das políticas locais.

De acordo com a Lei no. 7.853 o texto dispõe sobre a integração social das pessoas com deficiência na área da Educação, obrigando a inserção de escolas especiais, privadas e públicas, no sistema educacional e a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino. Também afirma que o poder público deve se responsabilizar pela “matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos

Inclusão: mudanças ao decorrer do tempo

públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino”. Ou seja: excluía da lei uma grande parcela das crianças ao sugerir que elas não são capazes de se relacionar socialmente e, conseqüentemente, de aprender. O acesso a material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo também é garantido pelo texto.

Junto também o Conselho Escolar é um órgão colegiado que toma decisões coletivas para o bem comum e são representante da comunidade escolar, com objetivo de: democratiza as relações na escola, amplia a participação da comunidade, auxilia na gestão a partir da discussão de temas que direcionam as ações político-pedagógicas, administrativas, financeiras e onde também participa na elaboração do PPP (Projeto Político-pedagógico).

Todo esse amparo tem origem das políticas públicas que deve estar sempre à frente para poder organizar e gerenciar essa estrutura de atendimento para a população de alunos com necessidade especiais e é de responsabilidade das Secretarias Municipal e Estadual de Educação.

2.3 O QUE MUDOU NA REALIDADE

Nesse entre meio de inclusão de ontem e inclusão de hoje a verdade é que não é segredo que as escolas têm se tornado cada vez mais um lugar de discussão, pois tem refletido o pedido de socorro de milhares de professores que não sabem como atuar diante dos inúmeros problemas de casos de alunos com diversas dificuldades, onde precisam somente de uma prática pedagógica mais especializada.

Essa problemática fica ainda mais difícil por dois motivos: primeiramente, porque não se tem o conhecimento especializado para resolver essas questões durante a formação acadêmica e, por último, porque na verdade os pais são que mais cobram soluções e segundo a Declaração de Salamanca(1994) “Os pais são os principais associados no tocante às necessidades educativas especiais de seus filhos, e a eles deveria competir, na medida do possível, a escolha do tipo de educação que desejam seja dada a seus filhos”.

Soluções estás que deixa o professor apreensivo e sem saber como lidar como: identificar a necessidade, saber quais atividades aplicar para estimular este sujeito para seu desenvolvimento, quais áreas e habilidades pode explorar no processo de ensino-aprendizagem. E como incluí-lo também nas atividades é a maior preocupação do mesmo para poder nortear seus planejamentos pedagógicos e as estratégias a ser utilizada, assim para que o aluno possa ficar preparado para o ambiente que o cerca. De acordo com Vilela (2017):

Inclusão: mudanças ao decorrer do tempo

Faltam a muitos dos professores informações sobre estratégias que deram certo; não para que sejam feitas cópias, mas que sejam tomadas como ponto de partida para que outras sejam pensadas, tendo em vista o conhecimento sobre o que está sendo feito e que pode funcionar. Para isso, é fundamental que sejam conhecidos os processos da aprendizagem, assim como aspectos relativos às diferentes etapas do desenvolvimento humano e, nesse sentido, faz-se necessária a formação continuada do educador, constituindo-se cada vez mais como pesquisador de sua própria prática pedagógica.

A aceitação sobre as pessoas com deficiência teve evolução, mas ainda a barreira maior é reconhecer a competência destes, onde subestimam a capacidade e por fim fazer com que a sociedade se torne cada vez mais integrativa. Confrontar e ultrapassar preconceitos que a sociedade ainda persiste e insiste, o passo é considerar a limitação de cada um e saber que somos todos diferentes.

Quando percebemos que o outro tem suas limitações e entendermos cada um tem seu aspecto e características próprias, compreendemos de uma forma mais humana, agindo com a interação e a inclusão de forma mais natural.

No entanto, as mudanças de concepções, capazes de transformar atitudes culturalmente arraigadas de desvalorização e preconceitos em relação ao diferente em atitudes de entendimento e valorização da diferença, são modificações processuais que só serão alcançadas a partir da reflexão sobre a prática de uma escola aberta e acolhedora, em que a presença do diferente é elemento constituinte da mesma. (ZANIOLO,2013,p.184)

A educação inclusiva com condições favoráveis aos alunos com necessidades especiais implica investimentos em políticas públicas e a efetivação das leis que culminam com a equidade, transformando o ensino independente de público.

A disponibilização do Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um exemplo de apoio, que já é realidade em muitas regiões do Brasil e no mesmo cenário seria a formação de professores e gestores escolares que é indispensável, pois as diversas singularidades dos estudantes dependem deste suporte para alcançar o êxito.

Comprometemo-nos a promover, com qualidade, oportunidades de educação ao longo da vida para todos, em todos os contextos e em todos os níveis de educação. Isso inclui acesso equitativo e mais amplo à educação e à formação técnica e profissional de qualidade (Declaração de Incheon Educação 2030, 2015, p. 02).

Segundo Zaniolo (2020) nossa prática de atendimento especializado substitutivo criou uma cultura de que o aluno com necessidade educacional especial é tão diferente em seu desenvolvimento e aprendizagem que somente o professor especializado pode ensiná-lo. O professor da classe comum o vê como um “problema” que só o especialista pode resolver.

Inclusão: mudanças ao decorrer do tempo

Assim neste ponto apresentado pelo autor que os serviços deve estar ligados ao trabalho em equipe e colaboração um com o outro para que o atendimento seja colaborativo entre o professor da classe comum e o professor especializado para juntos garantir novas estratégias e oportunidades diferenciadas, tanto para o aluno com necessidades como também toda a turma, pois o trabalho de um não é melhor e nem tão eficaz do que o outro.

Ampliar instrumentos e ações que visem avanços na efetivação da educação com um direito intocável de todo o brasileiro, com ou sem deficiência e as diferenças individuais em sala de aula devem ser encaradas como a força da escola, e não o contrário. Somente assim que temos uma educação de estratégia de desenvolvimento e combate à desigualdade. Para Zaniolo (2011) “as novas demandas da educação inclusiva sugerem que a escola deve buscar novos caminhos para efetivar uma prática inovadora capaz de responder satisfatoriamente a todos os alunos”.

Não seria completo se a educação alcança seu patamar e como se fosse suficiente, mas alertamos para o mercado de trabalho, onde este fica pronto e não encontra se o meio de sustento no trabalho por não ter vagas mesmo com as cotas que garantem para isso.

Acerca do trabalho, este também sofre preconceito e discriminação, as leis existem e o sistema de cota não é suficiente. Onde mudanças deve ser acerbada por todos os lados e a escola também não garante um real preparo para ampara-los para o mercado de trabalho que decorrente a diversos fatores deixa a desejar, pois escolaridade, qualificação e mercado de trabalho andam juntos, isso deve ser levado em conta que o indivíduo com necessidades especiais deve estar de conforme acordo com esses fatores não deixando de lado que ele deve estar moldado a sua verdadeira condição física.

Na atual conjuntura as diferenças sociais e econômicas já dificulta o acesso ao mundo do trabalho de pessoas que não portam nenhuma deficiência, imaginam as pessoas que precisam de um auxílio maior da sociedade, complicado, assim justifica-se a necessidade de incentivo as políticas públicas.

3. CONCLUSÃO

No que se refere os desafios encontrados ainda está longe para sanar os problemas existentes, pois um deles é o atendimento mais eficaz, para se conseguir fazer com que os pais e responsáveis é aceitar os desafios atribuídos e até mesmo a própria condição na qual estão inseridos, além de que também não conhecem que as políticas públicas tem como obrigação ajuda-los.

Inclusão: mudanças ao decorrer do tempo

O combate ao preconceito e inseri-lo no ambiente escolar não é o bastante, mas integra-lo no mercado de trabalho com total capacitação e a formação continuada é um ponto fundamental para a completa inclusão do indivíduo que ao ver nos finalmente é um ponto fundamental para essa causa. Serem atendidos com total adequação para suas condições e, obviamente, uma valorização como profissionais.

Não é uma realidade distante, mas proporcionar um lado mais humano, capaz de envolver as necessidades do outro, contudo também conseguir perceber o potencial particular de cada um e que as limitações para as pessoas com diferentes necessidades não estão na pessoa própria, mas sim no olhar da sociedade.

Entender o mundo do outro e suas limitações sem ficar na expectativa do desenvolvimento de habilidades já é um dos passos fundamentais a seguir para se chegar à autonomia desde indivíduo que precisa somente de compreensão de suas limitações e tentar ajustar as suas necessidades para se chegar a uma formação estruturada e suficiente para os seus anseios.

A inclusão vive e sobrevive ao seu tempo, muitas vezes está longe de ser melhor do que antigamente, mas no seu total continua avançando, persistindo em ser reconhecida e entendida como indivíduo de mudanças, entretanto, acreditar que estaria perdendo de diferentes maneiras é o mesmo que falar que o ser humano está deixando de existir, de uma forma ou de outro ela sempre vai manifestar.

Manusear e inteirar-se com a mesma faz se construir, reconstruir histórias que contribuíram para uma aprendizagem de qualidade e chegar a novos conhecimentos com respeito as necessidades, propiciando suas características e especificidades, dando sentido e concedendo a mesmo um espaço lúdico.

Houve avanços enormes e significantes que veio sanar desde a ignorância da sociedade como também da infraestrutura, professores estão especializando, etc, mas de poucos anos agora me corrijam, a educação inclusiva teve uma paralização com projetos como apoio e acredito por parte não sei se seria por culpa da crise que nossos governantes ousam sempre justificar. Pois depois desta tudo se paralisou pelo menos no nosso estado e creio ao meio a pandemia vão deixar de investir mais ainda, cabendo os profissionais da educação fazer o que pode para ajuda-los como sempre.

E em se falando em Brasil só conseguirá quando de verdade for inclusiva com qualidade pra todos, visto que foram muitas discussões, estudos teóricos, práticas, organizações de pessoas deficientes e educadores de diferentes lugares do mundo para se chegar até aqui.

Inclusão: mudanças ao decorrer do tempo

Na verdade ela avançou somente no convívio social, mas para sanar suas dificuldades e necessidades ainda está longe, no entanto, não basta fornecer equipamentos a alunos e especializar os professores não é suficiente essas medidas só vão se consolidar e gerar resultados positivos impactantes se integradas a práticas pedagógicas orientadas para a equidade do indivíduo e as políticas públicas passarem a garantir sua expansão e sustentabilidade, exclusão na inclusão deve continuar sendo ainda objeto de estudos, pesquisas e interferências para conhecermos mais e avançar em torno das dificuldades. Descobrir novas formas é enfrentar com segurança novos passos e assim enquanto as desigualdades com o tempo vão desaparecendo chegaremos devagar as condições necessárias para sanar esse problema tão visível na nossa sociedade.

4. REFERÊNCIAS

- Gomes, Debora. (2020). *História da criança: breves considerações sobre concepções e escolarização da infância*. Disponível em:
https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/19895_10342.pdf. Acesso em 05 de abril 2020. [Artigo de revista]
- Adami, Anacleide Sobra e outros. (2020). *Aspectos históricos da pessoa com deficiência*. Disponível em <http://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeducare/article/viewFile/1013/865>. Acesso em 10 de abril 2020. [Artigo de revista]
- Garcia, Rosalba Maria Cardoso. (2017). *Políticas de educação especial no Brasil no início do século XXI*. Florianópolis, UFSC-CED-NUP. [Livro]
- Todos pela Educação.(2020). *Relatório anual de acompanhamento do Educação Já! Balanço 2019 e Perspectivas 2020*. 1ª. Edição. [Artigo de revista]
- Brasil. (1994). *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília: UNESCO.
- Declaração de Incheon Educação 2030.(2015). *rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos*. Fórum Mundial de Educação.

Inclusão: mudanças ao decorrer do tempo

Villela, Tereza Cristina Rodrigues e outros. (2017). *Os desafios da inclusão escolar no século XXI*. Disponível em: <https://www.linkedin.com/pulse/os-desafios-da-inclus%C3%A3o-escolar-s%C3%A9culo-xxi-esp%C3%A7o-trilhar>. [Artigo de revista]

Nascimento, Eliane de Sousa; MIRANDA, Theresinha Guimarães Miranda. (2020). *A educação e profissionalização das pessoas com deficiência*. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/elianesouzanascimentoetheresinhimiranda.pdf>. Acesso em 20 de abril 2020. [Artigo de revista]

Zaniolo, Leandro Osni, Dell'Acqua, Maria Júlia C. (2011). *Inclusão escolar: Pesquisando políticas, formação de professores e práticas pedagógicas*. Jundiaí-SP, 1ª. Edição. [Livro]

Lei 7853, de outubro de (1989). *Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências*. Brasília.